



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 223 / MAIO-JUNHO 2024 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 4 Em 2024 comemoramos os 50 anos da Revolução de Abril
- 8 Greve Histórica dos trabalhadores do SCIP
- 8 STML entrega na CML as reivindicações dos trabalhadores da HU
- 10 Electricistas da CML em greve exigem o SIP!
- 14 Pelas Juntas de Freguesia
- 16 Pelas empresas municipais
- 19 A 17 de maio a luta saiu à rua!



Editorial

No novo contexto político criado a partir das últimas eleições legislativas, já se percebeu que os tempos que temos pela frente não serão fáceis. Diríamos que nada de novo, face às conceções daqueles que hoje se sentam nos lugares de governo.

Não é de estranhar, portanto, que o “povo sereno” que muitos referem para descrever os portugueses, tenha acordado de alguma letargia e de forma avassaladora tenha saído para a rua nos 50 anos da Revolução do 25 de Abril. Foi, até para os mais distraídos, uma tempestade humana que irrompeu pela Avenida da Liberdade. Os valores que estiveram na origem da Revolução de 1974 estão bem vivos, é necessário agora dar-lhe mais força e continuidade. Também o 1º de Maio demonstrou, se dúvidas houvesse, que a resignação não assiste os trabalhadores. Com as suas reivindicações próprias, fizeram ouvir bem alto, não só “25 de abril SEMPRE! Fascismo NUNCA MAIS!”, como o “AUMENTO DO SALÁRIO É URGENTE E NECESSÁRIO!”.

A luta saiu também à rua a 17 de maio, na jornada nacional convocada pela Frente Comum, envolvendo os trabalhadores da administração pública. Foram muitos os milhares que de norte a sul do país deram corpo e voz às suas justas expetativas, exigindo respostas aos seus problemas e respeito pelos seus direitos. Lisboa encheu-se, assim, e uma vez mais, de milhares de trabalhadores que se concentraram no fim da manifestação junto ao Ministério das Finanças.

Na cidade de Lisboa, o último mês e meio foi profícuo no campo da luta. Destacar desde logo as greves dos trabalhadores do SCIP e dos eletricitistas da CML, a 15 e a 24 de abril, respetivamente. Também na CML os trabalhadores da limpeza urbana se movimentam em torno das suas reivindicações, perspetivando-se a entrega do seu memorando reivindicativo ao Presidente da CML a 29 de maio.

Nas juntas de freguesia, a luta ergueu-se, uma vez mais, com os cantoneiros da Penha de França. Os trabalhadores da higiene urbana da Misericórdia, de Belém e de Arroios, não ficaram atrás e decidiram igualmente sair à rua. Paralelamente, os processos negociais visando a normalização na cidade de Lisboa de um conjunto de direitos, teve mais um ponto alto com a celebração de um novo ACEP em Carnide, seguindo-se, ao que tudo indica, São Domingos de Benfica. Neste momento, 14 das 24 juntas de freguesia da cidade, já assumiram, politicamente, com ou sem ACEP, o pagamento sobre 12 meses dos suplementos de caráter permanente, além de outros direitos.

Nas empresas municipais, o STML reuniu com os trabalhadores da SRU, na perspetiva de acelerar o processo negocial visando a celebração de um Acordo de Empresa (AE). No MARL, depois da entrega de um abaixo-assinado ao Presidente do Conselho de Administração (CA), aguarda-se pelo retomar do processo iniciado há mais de um ano visando o mesmo objetivo, i.e., um AE. Na GEBALIS e na EGEAC, os trabalhadores não se resignam e através de um abaixo-assinado, em ambas as realidades, fizeram fazer saber às respetivas administrações que os aumentos salariais para 2024, em termos reais, ou seja, acima da taxa de inflação, são urgentes e desses aumentos não irão abdicar.

O caminho faz-se caminhando, como se costuma dizer. O STML, sempre com a força indispensável de quem trabalha, faz esse caminho com os trabalhadores que representa propositando, em todas as dimensões possíveis, melhorar as suas condições de trabalho e de vida.

o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 223 / MAIO-JUNHO 2024

WWW.STML.PT

Director Nuno Almeida
Corpo Redactorial Luís Dias, Carlos Silva, José Cruz, Paula Correia, Paula Lourenço, Sandro Roque e Tiago Lopes

Propriedade
Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção
Rua de São Lázaro, 66 – 1.ª, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral
Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato
Tiragem 4.000 exemplares
Preço de capa 0,01€
Número de Identificação Fiscal 500 850 194
Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
Escola Superior de Educação João de Deus
Grupo Lusófona
Instituto Superior de Educação e Ciências
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS
Ponto Seguro, mediação de seguros
Millenium BCP
DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO
Campiférias
FPalmela – Aldeamento Turístico de Palmela
Viagens Falcon

OUTROS
ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho
Cartão BP Plus
Escola de Condução ENAL
Lancaster College – Escola de Línguas
Mind Project



Defender e exigir respostas sérias aos problemas expressos nos Cadernos Reivindicativos dos trabalhadores dos espaços verdes, dos cemitérios e das oficinas!

Nos últimos dois anos e meio, o STML construiu com os trabalhadores de diversos setores de atividade do município os seus respetivos Cadernos Reivindicativos. Foram os casos dos trabalhadores dos espaços verdes, dos cemitérios e das oficinas da reparação e manutenção mecânica.

Estes instrumentos de trabalho, descrevem em pormenor os problemas com que os trabalhadores se confrontam no seu local de trabalho, mas também abordam os direitos e expectativas que interessa salvaguardar, cabendo à CML, em última análise, corresponder e solucionar todas as dimensões em causa, seja no campo das condições de trabalho, em termos de saúde, higiene e segurança, na manutenção e conservação das instalações, na disponibilização das ferramentas e meios mecânicos indispensáveis ao trabalho diário, mas também no respeito e na valorização dos trabalhadores, dignificando a sua carreira e categoria profissional específica, garantindo os seus direitos, e melhorando-os inclusive no que é possível enquadrar nas competências legais da autarquia e na autoridade do Executivo municipal em particular.

Em termos transversais, critica-se a falta do investimento público necessário que permita responder às várias dimensões supramencionadas. É notório, por exemplo, a falta de pessoal destes vários setores de atividade, além dos inúmeros problemas que se verificam em termos de condições de trabalho, com instalações velhas e degradadas, viaturas aboletas, para não afirmar inexistentes face ao que se exige, sem esquecer a qualidade e os atrasos incompreensíveis associados à temática dos fardamentos e equipamentos de proteção individual (EPI). Muito está por resolver e quanto mais se atrasa a resolução destes problemas, mas se degrada a vida dos trabalhadores e com isso a qualidade do serviço público que a CML, por intermédio dos seus profissionais, deve garantir à população e à cidade de Lisboa.

O STML já reuniu com as mais altas hierarquias responsáveis por estes vários setores de atividade. A exceção é a Direção Municipal dos espaços verdes que continua a protelar a discussão e negociação em torno do Caderno Reivindicativo dos trabalhadores-jardineiros da autarquia. Em relação aos trabalhadores dos cemitérios e das oficinas, apesar do respetivo processo negocial ter sido já iniciado, urge aprofundar e garantir respostas a muitos problemas que por enquanto se mantêm no plano das meras intenções, sem, portanto, soluções concretas de acordo com as expectativas dos trabalhadores e do próprio Sindicato.

Caso este cenário se mantenha, não restará outra solução ao Sindicato do que procurar outros caminhos com os trabalhadores que, no mínimo, lhes permita vislumbrar um horizonte mais favorável no plano das suas condições de trabalho e de vida, considerando que uma e outra realidade estão umbilicalmente relacionadas. Também implicitamente, salvaguardar a qualidade do serviço público que o atual Executivo parece secundarizar...

Aumento inusitado de preços nos refeitórios municipais...?!

Nas primeiras semanas de abril, o Sindicato foi alertado por inúmeros trabalhadores sobre o aumento dos preços de determinados itens dos refeitórios municipais. Em alguns casos, o aumento foi da ordem dos 40%. Sobre estes aumentos incompreensíveis, e perante o questionamento por parte do STML, a CML argumentou que “há muito que os preços não eram atualizados”, acrescentando os responsáveis municipais que a nova Tabela de Preços foi negociada com os Serviços Sociais da CML (SSCML), que detêm a concessão sobre a gestão dos refeitórios municipais.

Contudo, resta-nos lembrar que os trabalhadores da CML, integrados na realidade mais vasta da administração pública, não são aumentados realmente desde 2009 (ano em que o aumento salarial anual, de 2,9%, foi superior à taxa de inflação). Em todos os anos seguintes, houve sempre lugar à diminuição do seu poder de compra, ou pela política de congelamentos salariais, ou pelos aumentos que não consideraram simplesmente a taxa de inflação do respetivo ano.

É neste contexto, que se questionam as “negociações” entre a CML a os SSCML sobre a nova Tabela de Preços, lembrando em simultâneo que os Refeitórios Municipais não são “restaurantes” ou espaços privados, mas antes a materialização concreta de uma responsabilidade e obrigação social da CML perante os seus trabalhadores.

Não será ainda de estranhar que, desde 2015, ano em que a CML decidiu concessionar a gestão dos refeitórios municipais para os SSCML, numa decisão política que o STML criticou e continua a criticar, se tenham multiplicado as iniciativas de denúncia e contestação, organizadas pelo Sindicato e/ou promovidas pelos próprios trabalhadores do município, sobre a fraca qualidade das refeições, sobre o mau serviço prestado, muitas vezes motivado pela falta de pessoal, ou sobre os preços praticados em termos mais recentes, entre outras críticas.

Em suma, o STML sublinha e lembra que compete à CML, em particular ao atual Executivo, pugnar pela qualidade das refeições e pelos preços praticados nos refeitórios municipais. Só assim, respeita de facto os homens e mulheres que permitem à CML assumir as suas responsabilidades públicas perante a cidade e a população de Lisboa. Fazer de conta que não há problema algum, é criar condições para que se instale com mais força sentimentos de insatisfação, frustração, desmotivação e desânimo.

Em 2024 comemoramos os 50 anos da Revolução de Abril

– parte 3 de 6

Nos 50 anos da Revolução de Abril, muitos destacados dirigentes políticos, demasiadas vezes conotados aos partidos de direita ou centro-direita, sem esquecer os partidos do sistema de natureza antidemocrática de extrema-direita, desvalorizam os direitos, liberdades e garantias democráticas alcançadas depois do 25 de Abril de 1974, suavizando por esta via a realidade objetiva que se vivia no país antes desse momento revolucionário e libertador.

Não raras vezes se ouvem comentários no espaço mediático e académico que depois se multiplicam no espaço público, referindo-se à ditadura militar de 1926 a 1933 e à ditadura fascista de 1933 a 1974, que ensombrou Portugal durante quase meio século, como um regime “simpático”, apesar da liquidação de liberdades e direitos fundamentais, de intolerância e ódio, de opressão, repressão e terror. Também um regime de “contas certas”, de finanças públicas saudáveis e equilibradas. Salazar, por seu lado, um homem honesto, apesar de rigoroso e muitas vezes mal informado.

Ora, estas mentiras, por muitas vezes que tenham sido reproduzidas, não passam, mesmo assim, de mentiras, como sabemos, o oposto da verdade, neste caso dos factos e realidade histórica que marcou a vida do povo português durante os 48 anos do fascismo. A pobreza e a miséria generalizada; a ausência de um serviço nacional de saúde, com consequências dramáticas para milhões de portugueses, entre crianças, adultos e idosos; os números brutais da emigração que despiram o país da sua principal força produtiva; a guerra do ultramar que consumiu milhares de vidas, recursos e capacidades; as prisões do Estado, transformadas muitas em verdadeiros campos de concentração, ora localizadas dentro ou fora do Continente, concentraram desumanamente todos aqueles que ousaram afrontar a brutalidade e a opressão do regime fascista, muitos pagando com a vida essa mesma ousadia.

Pelas cadeias da PIDE, a polícia política do fascismo, passaram quase 35 mil portugueses por delito de opinião, elementos considerados um perigo para a ordem interna do fascismo. Estes homens e mulheres, perseguidos, presos, torturados, assassinados muitos, foram de facto os heróis de um povo, de uma nação, porque nunca baixaram os braços na luta pela liberdade e pela democracia. Dos estabelecimentos macabros da PIDE, a Cadeia de Caxias foi a que teve mais presos políticos, com 10.048 pessoas, seguida do Aljube, em Lisboa, com 8.604 e da PIDE do Porto, com 7.383.¹

“Entre 1926 e meados de 1933, os muitos presos políticos dos primeiros anos da ditadura eram, no fundamental, levados para os postos da PSP e da GNR, para os calabouços dos Governos Civis e até para os quartéis militares. Muitos deles acabaram deportados para a Madeira e Açores, para as colónias, como a longínqua ilha de Timor, ou foram colocados em residência fixa em diversos locais do país.

A partir de 1933, ao serem detidos, os antifascistas eram levados diretamente para a sede da polícia política, na Rua António Maria Cardoso, em Lisboa. Aí se cumpriam as formalidades de identificação, aí eram tiradas as conhecidas fotos, face esquerda, face direita e frontal, e retirado o relógio, o cinto, os atacadores dos sapatos e por vezes os óculos, caso os usassem. Muitas vezes eram levados logo de seguida para uma das salas do 3º andar, onde decorriam os interrogatórios, dias e noites seguidos impedidos de dormir, humilhados, torturados e espancados.

Quando se interrompiam esses massacres, os presos eram levados inicialmente para o Aljube e depois para a Cadeia de Caxias, colocados em pequenas celas individuais, em completo isolamento. Ali ficavam meses seguidos, sem saberem quando o martírio terminava, quando os vinham de novo buscar para mais interrogatórios em que o terror se prolongava, e quando passariam para uma sala com outros presos.”²

Para com estes homens e mulheres, que tudo deram em ‘nosso’ benefício, teremos sempre uma profunda e impagável dívida de gratidão, principalmente todos os que nasceram depois do 25 de Abril de 1974, cuja liberdade, e muito mais, lhes devemos em exclusivo. Saibamos reconhecer isso mesmo.

Mulher-Resistente

Maria Teresa Horta

A Mariana Janeiro em nome de todas as mulheres que lutaram contra o fascismo

*Eram tantas as torturas...
O chicote sobre a carne
Que o corpo te inchava
inchava
pelas vergastas cortado*

*Eram dias sobre noites
em que os olhos de queimaram
em que as veias te romperam
e os ouvidos te resgaram*

*Eram meses sobre meses
na cela*

*só
isolada*

*Torturas quantas sofreste
minha irmã
sempre calada*

*Que à polícia não se fala
nem que se morra
à pancada!*

¹ “Sobre a lista de presos da cadeia de Caxias. Estatísticas” (2024), in *Cadeia de Caxias – a repressão fascista e a luta pela liberdade*, URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, pp.317

² “A cadeia de Caxias, um forte símbolo da repressão fascista e da luta pela liberdade.” (2024), in *Cadeia de Caxias – a repressão fascista e a luta pela liberdade*, URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, pp.30-31



STML promove DEBATES sobre os 50 Anos da Revolução de Abril, sob o lema “antes e durante a Revolução de Abril – testemunhos na 1ª pessoa de quem lutou pela liberdade e a democracia no nosso país”.

Teve lugar a 18 de abril, na Casa do Alentejo, o primeiro dos três debates que o STML decidiu realizar durante 2024 no âmbito dos 50 Anos da Revolução de Abril. Esta primeira iniciativa contou principalmente com Dirigentes e Delegados do Sindicato, aos quais se juntaram as representações da CGTP-IN, da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), estruturas das quais o STML faz parte.

Como convidados centrais neste debate de abril, o Eduardo Baptista, ex-presos político e o Manuel Candeias, ex-Dirigente da CGTP-IN, fundador da nossa Central Sindical em 1970. O jornalista Nuno Ramos de Almeida assumiu a responsabilidade de moderar a conversa entre ambos. Terminado o debate, houve ainda espaço e tempo para a atuação musical de Rui Galveias, Sofia Lisboa e Pedro Calado.

A 13 de Maio, na Biblioteca Municipal de Alcântara, teve lugar o segundo deste conjunto de debates. Para além trabalhadores do município de Lisboa, Dirigentes e Delegados do Sindicato, marcaram novamente presença representantes da CGTP-IN, da USL e da FCSAP.

Os convidados especiais do debate de maio, foram a Ana Abel, ex-presos política e o Comd. Henrique Mendonça, militar de Abril. À jornalista Catarina Pires coube desta vez a responsabilidade da moderação. Terminado o debate, Carlos Proença e João Nunes animaram os presentes com as músicas inconfundíveis dos cantautores de Abril, como José Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Sérgio Godinho, José Mário Branco ou Fausto Bordalo Dias.

Continuaremos a afirmar os 50 anos da Revolução de Abril, não como um mero episódio simbólico, mas como um processo que garantiu pela 1ª vez na nossa História, direitos, liberdades e garantias aos portugueses, em particular aos trabalhadores. Com a Revolução foi possível pôr termo a 48 anos de uma ditadura fascista, marcada pela fome, pelo analfabetismo, pela violência, pela ausência de liberdade, pela guerra, em suma, por um profundo atraso socioeconómico.

Hoje continuamos a luta pelo Direito ao trabalho com direitos e salários dignos! Mas também pelo Direito às funções sociais do Estado no campo da saúde, educação, habitação, proteção e segurança social, justiça ou cultura. Defender Abril é exigir, acima de tudo, que se cumpra e se faça cumprir a Constituição da República Portuguesa erguida em 1976!

Milhares nas ruas, avenidas e praças nos 50 anos da Revolução!

Foram milhares de pessoas que encheram a Av^a. da Liberdade para comemorar o 25 de abril de 2024! O mar de gente foi de tal forma impressionante, que muitas pessoas simplesmente não couberam nas várias faixas da Avenida, espalhando-se pelas ruas adjacentes. **Inédito seguramente para todos os que nasceram depois de 1974!** Abril está vivo e com isso se confirma que os valores e as ideias que estiveram na origem da Revolução não esmoreceram, sinais inconfundíveis para todos os que hoje pretendem conduzir o país para um passado vergonhoso, mesmo que sob a máscara de um pretensso respeito pelas regras democráticas... O STML celebrou também neste dia, não só a liberdade e a democracia que permitiram a sua fundação em 1977, mas o seu aniversário que no passado dia 6 de abril permitiu afirmar os 47 anos do Sindicato. Com um almoço nas instalações da Rua de São Lázaro, foram muitos os sócios, dirigentes e delegados sindicais que saudaram o seu Sindicato mas, acima de tudo, o 25 de Abril, como data Histórica, não só para o nosso país e para os trabalhadores, mas também, como se referiu, para o STML e para os trabalhadores do município de Lisboa em particular – da câmara, juntas e empresas municipais – que o Sindicato legitimamente representa, defende e organiza. Com a força de quem trabalha, continuaremos a fazer História! Por uma vida melhor, com melhores salários e mais direitos e sempre em defesa de serviços públicos de qualidade ao serviço das populações!



No setor municipal da Limpeza Urbana...

A 26 de março e a 11 de abril, o STML reuniu com a Direção Municipal de Higiene Urbana (DMHU)

Mapa de Trabalho aos Feriados para 2024

A 26 de fevereiro foi rececionada no STML a proposta da DMHU para o Mapa de Trabalho aos Feriados deste ano. Da primeira análise do Sindicato, concluiu-se negativamente a vontade da DMHU em querer institucionalizar o trabalho na limpeza urbana nos 365 dias do ano, sete dias por semana, 24 horas por dia. Em suma, observou-se um enorme desrespeito pela vida dos trabalhadores, principalmente no seu direito ao descanso e à conciliação da sua vida profissional com a sua vida pessoal e familiar. No concreto, a proposta da DMHU procurou impor o trabalho normal ao domingo (trabalhadores do período diurno) e domingo para 2ªfeira (trabalhadores do período noturno), ignorando o facto de se tratar do dia de descanso obrigatório dos trabalhadores. Acresce sobre a discussão e definição do conceito de “serviços essenciais”, a tese alavancada implicitamente pela DMHU dos 100%, ou seja, todos os trabalhadores são necessários todos os dias do ano, algo que o STML recusou e recusa taxativamente!

As contrapropostas do STML foram comunicadas via ofício em inícios de março à DMHU, tendo-se realizado a 26 de março, como referido, uma reunião negocial sobre este tópico. A DMHU considerou algumas preocupações do Sindicato, tendo criado o termo “**facultativo**” [“serviços a serem assegurados sobretudo pelas Unidades de Higiene Urbana”], além do “**não** com **asterisco [não*]**”, isto é, um dia de não-trabalho em que se executam atividades de higiene urbana indispensáveis.

Em suma, sobre a negociação do **Mapa de Feriados** para este ano, a decisão final coube em exclusivo à DMHU, ou seja, o STML apresentou um conjunto de alterações, mas a DMHU decidiu considerar algumas (muito poucas) e inventar muitas outras que, no essencial, procuram consolidar a ideia do trabalho na HU nos 365 dias do ano, 24 horas por dia, sete dias por semana. Exemplos disso mesmo, é o novo termo – **facultativo** -, mantendo o termo “voluntariado”, além de criar um “nã” com asterisco [nã*] que na prática é um ‘nin’. Sublinha-se que das **22 propostas de**

alteração apresentadas pelo STML, a DMHU recusou 15 (**68,2%**), aceitou 7 (**31,8%**). Mais, das respostas negativas às propostas do STML, a DMHU “inventou” em 10 situações (**45,4%**), i.e., importando os novos termos de “*facultativo*” e do “*nã**”.

Abertura dos espaços de toma de refeições (BARES) nas Unidades de Higiene Urbana (UHU)

Depois da luta assumida no 1º semestre de 2023 pelos trabalhadores da higiene urbana (plenários-paralisações-greve parcial), resultou o **acordo** celebrado entre o STML e a CML (28. jun.23). Neste **acordo** está expresso, num dos seus pontos, a abertura de todos os espaços de toma de refeições (bares) das UHU. Este processo deveria estar concluído até final de 2023 que, como todos sabemos, não aconteceu. A exceção foi na UHU de Telheiras, cuja abertura se fez, mas apenas no período noturno. Se os prazos não foram cumpridos, somou-se assim outro problema, isto é, *a posteriori*, a CML apenas equacionou a abertura destes espaços no período noturno, desvalorizando os trabalhadores do período diurno (manhã e tarde). **Depois de vários meses de negociação, foi finalmente possível convencer a CML a assumir a abertura dos ‘bares’ em todos os horários de trabalho, portanto, de dia e de noite.** Este processo carece agora das decisões naturais que encontrem as respostas em termos de pessoal, equipamento e até intervenções nos locais de trabalho onde tal seja necessário (sobre a rede elétrica, etc.). A CML, através da DMRH, irá trabalhar para abrir estes espaços em todas as UHU, primeiro no período noturno e depois no período diurno. A ordem mantém-se inalterada, ou seja, Telheiras e Belém, ambas já a funcionar no período noturno, depois a Filipe da Mata, Valsassina e Olivais.

O STML também alertou para a urgência em determinar *pontas de água* fora da zona de cozinha que permita um acesso fácil e direto aos respetivos trabalhadores, principalmente em Telheiras e na Filipe da Mata onde esta dificuldade é, ou poderá, ser um problema.



Sobre os novos preços praticados nos Refeitórios Municipais e nos espaços (BARES) das UHU

O STML transmitiu o desagrado e incompreensão que muitos trabalhadores verbalizaram nos últimos dias pelo aumento inesperado dos preços que se verificaram, quer nos refeitórios, quer nos 'bares' em torno dos produtos de cafetaria (sandes várias, sumos, etc.). Estes aumentos, em determinados itens, foram de 28% ou 40%, a todos os níveis inoportuno face aos baixos rendimentos dos trabalhadores. A DMRH esclareceu que os novos preços foram negociados com os Serviços Sociais da CML (que gerem estes espaços). Porém, perante os casos concretos apontados pelo STML, afirmaram que irão reavaliar a atual tabela de preços. O Sindicato também já fez chegar a sua crítica junto do Gabinete do Vice-Presidente da autarquia, aguardando uma decisão que retifique quanto antes esta situação.

Renovação da Carta de Pesados

O STML voltou a lembrar que os trabalhadores na categoria de condutores de pesados ou de condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, aguardam por orientações sobre os procedimentos a adotar em torno dos custos com a renovação da carta de condução, agora a cargo da CML que os deverá ressarcir. A DMRH afirmou que está para breve a comunicação sobre esta matéria.

Acidentes de Trabalho

Face aos casos que continuam a surgir de trabalhadores a quem a Medicina do Trabalho concede alta médica sem, contudo, estarem minimamente aptos para as tarefas que diariamente têm que ser assumidas na Higiene Urbana, havendo inclusive casos de cantoneiros que passam o dia sentados no local de trabalho, porque fisicamente não reúnem as condições mínimas para trabalhar, o STML voltou a insistir no princípio que urge respeitar: **o trabalhador acidentado só deve regressar ao local de trabalho quando estiver totalmente apto.** Da parte da DMRH/DSHS, referiram casos de reavaliação e outros casos, de leões definitivas, que obriga a uma recolocação do (a) trabalhador (a) em outras orgânicas da autarquia. Nestes últimos casos, o Sindicato lembrou a importância do trabalhador, já penalizado em termos da lesão sofrida ao serviço da CML, não ser duplamente prejudicado, desta vez no plano financeiro.

Horário de Trabalho no NAGE

O STML exigiu que se normalizasse o horário de trabalho no NAGE (PL Valsassina), considerando que o horário que ainda se

mantém afixado neste local de trabalho já não é praticado há mais de 5 anos. A DMRH, em articulação com a DMHU, comprometeu-se a resolver este assunto quanto antes.

Manutenção da Frota Municipal ao serviço da Higiene Urbana

Perante os problemas recorrentes que se verificam nesta dimensão, seja com viaturas de apoio à remoção, seja de viaturas pesadas que fazem a remoção, a DMHU/DRMM assumiu um conjunto de problemas, visíveis numa base diária, que procuram solucionar, quer através de novas aquisições de meios mecânicos, quer de projetos e estudos de mercado que procuram novas soluções face à realidade do trabalho de remoção na cidade de Lisboa. Contudo, o STML lembrou que nas UHU faltam carrinhas, muitos camiões andam a circular quando deveriam estar na oficina, enquanto outros não reúnem as condições técnicas para o trabalho que esteve na origem da sua aquisição, ou seja, a CML desperdiçou tempo e dinheiro do erário público (na ordem dos milhões de euros). A estes problemas somam-se as suas consequências, ou seja, os episódios que colocam em causa a saúde e a integridade física dos trabalhadores, para não abordar a degradação do serviço público.

Outros Assuntos

O STML apontou os problemas com que os cantoneiros do COR são confrontados na recolha associada ao Mercado de Benfica, assumindo a DMHU avaliar soluções no local. Por outro lado, em determinadas UHU verificam-se carências de certos itens no plano dos equipamentos de proteção individual (EPI) para tarefas específicas (no uso de motosserras, roçadoras, etc.). Também se observa a falta de luvas, em particular de luvas de água, que urge colmatar. Na UHU dos Olivais, verifica-se com urgência reforçar o número de trabalhadores para a função de Guarda, além de rever o horário de funcionamento do Vazadouro do Parque Chen (no Parque das Nações). Na UHU de Belém, interessa disponibilizar uma *caixa* que sirva para acondicionar a roupa destinada à lavandaria, além de rever o espaço destinado aos 'molhados'. O STML referiu ainda os problemas que urge corrigir com a capacidade das caldeiras do PL Valsassina e do COR, evitando que os trabalhadores tomem banho de água fria, a todos os níveis inaceitável. Por último, dentro das necessidades associadas ao trabalho suplementar na limpeza e higiene urbana e perante algumas disparidades que se têm verificado nos últimos tempos, lembrou-se a importância em respeitar a distribuição equitativa do trabalho suplementar (extraordinário) por todos os trabalhadores disponíveis para o fazer.



15 de abril: Greve Histórica dos trabalhadores do SCIP

Os trabalhadores do Serviço de Controlo Integrado de Pragas (SCIP) aderiram em força à greve de 24 horas decretada pelo STML para 15 de abril. A primeira GREVE específica deste subsector de atividade da limpeza da higiene urbana do município de Lisboa, teve uma adesão na ordem dos 95%, revelando, sem margem para qualquer dúvida, a determinação dos trabalhadores em relação à luta pelas suas reivindicações. Este dia de GREVE foi também marcado por uma concentração na Praça do Município onde foi aprovado por unanimidade uma **Resolução**, posteriormente entregue ao Assessor do Vice-Presidente da CML. Referir que os conteúdos da referida **Resolução**, foram debatidos informalmente com o Presidente Carlos Moedas que recebeu os trabalhadores e Sindicato num primeiro momento.

A luta pela normalização dos horários de trabalho no SCIP e pelo reforço urgente no número de trabalhadores, entre operacionais e técnicos, irá continuar. Caberá ao Executivo municipal avaliar as respostas que de uma vez por todas corresponda às expectativas dos trabalhadores.

A 29 de Maio, o STML entrega ao Presidente da CML o **Memorando Reivindicativo** do sector da higiene urbana

Entre abril e maio decorreu em todas as instalações e horários de trabalho da higiene urbana a recolha de assinaturas para o denominado **Memorando Reivindicativo**. Neste documento, como o nome indica, estão sintetizadas as principais matérias às quais os trabalhadores exigem respostas por parte do Executivo municipal. O STML prevê a sua entrega ao Presidente Carlos Moedas para 29 de maio, data da reunião pública de câmara. Relembramos as principais reivindicações dos trabalhadores da higiene urbana. Assim,

- Abertura dos bares e espaços de toma de refeições de todas as Unidades de Higiene Urbana e em todos os horários de trabalho;
- Respeitar o princípio que defende o regresso ao local de trabalho do trabalhador-acidentado, apenas quando estiver totalmente apto. Neste campo, interessa igualmente rever o funcionamento da Medicina do Trabalho.
- No campo das obras de manutenção e conservação das instalações, responder com a maior celeridade possível aos inúmeros problemas há muito identificados pormenorizadamente.
- No âmbito da correção dos circuitos de remoção, tendo o Sindicato identificado mais de 30 circuitos com problemas de ordem diversa, apenas uma ínfima minoria, foram de facto considerados pela DMHU/DHU/DLU. Motivos mais do que suficientes para exigir respostas que se querem sérias, céleres, coerentes e mais abrangentes, face aos problemas colocados pelos trabalhadores que os afetam numa base diária.
- Exige-se o plano de gozo de folgas acumuladas.
- Por outro lado, perante os inúmeros problemas que afetam a frota municipal, entre viaturas pesadas da remoção às carrinhas de apoio, entre outros meios, exige-se a implementação de um Plano Anual que de facto contribua para a manutenção e conservação eficiente e eficaz dos meios mecânicos ao serviço deste setor de atividade.
- Em termos mais gerais, os trabalhadores exigem a valorização da sua respetiva categoria profissional - cantoneiro e condutor de máquinas pesadas e veículos especiais - que de facto corresponda às exigências e responsabilidades profissionais que hoje assumem diariamente.

Por último, considera-se no atual quadro político criado com os resultados das eleições legislativas de 10 de março, que existem todas as condições para que o atual Executivo possa intervir consequentemente junto do atual Governo com dois objetivos, nomeadamente, alcançar uma decisão política a nível da Assembleia da República que permita a atualização em termos de valores e percentagens do suplemento de insalubridade e penosidade e, num segundo ponto, assunção de medidas legislativas com vista à identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido.



STML e STAL preparam ações convergentes dirigidas ao Governo

Por uma nova regulamentação e atualização do Suplemento de Insalubridade e Penosidade e pela identificação e regulamentação das profissões de desgaste rápido.

Sobre duas das principais reivindicações dos trabalhadores dos setores de atividade da remoção, limpeza e higiene urbana, relembrando que de norte a sul do país, estamos a falar de um universo de cerca de 40 mil trabalhadores, STML e STAL reuniram em abril último e decidiram avançar com ações convergentes que procuram dar força e consequência à luta por estas duas matérias. Neste sentido, irá decorrer nas próximas semanas um abaixo-assinado a exigir respostas a estas matérias. O abaixo-assinado, de caráter nacional, prevê-se entregar na Assembleia da República numa ação cujos pormenores serão conhecidos em tempo oportuno.

A realidade do suplemento de insalubridade e penosidade (SIP), como atualmente se denomina, teve na luta dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa o seu primeiro e grande momento impulsionador, permitindo que na década de 80 do século passado se institucionalizasse o subsídio de risco, insalubridade e penosidade para os trabalhadores do município de Lisboa de vários setores de atividade.

Lutou-se depois, ao longo de mais três décadas, pela sua efetiva regulamentação – âmbito, aplicação e valores remuneratórios - propondo a sua aplicação aos trabalhadores de norte a sul do país, principalmente nos setores de atividade da remoção, limpeza e higiene urbana.

Resultado dessa luta de décadas, promovida e dinamizada pelos Sindicatos da CGTP-IN – STAL, acompanhado pelo STML no plano do Concelho de Lisboa, e que teve a participação determinante de milhares de trabalhadores, foi possível conquistar em 2020, com efeitos a partir de 2021, o objetivo da regulamentação deste subsídio, que passou a denominar-se, como referido, de Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI). Contudo, muito está ainda por resolver, face ao que se reivindica.

Neste sentido, para além da urgência na atualização dos atuais montantes distribuídos por três níveis, torna-se essencial alargar o seu âmbito a outros setores de atividade, bem como reintroduzir o conceito associado ao fator RISCO na denominação deste suplemento. Exige-se ainda, que o Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco (SIPR), integrando de facto o risco, seja acompanhado igualmente por outras medidas compensatórias em termos do horário de trabalho e do tempo de serviço.

O SIPR não constitui um privilégio. É uma compensação decorrente da execução de atividades, tarefas e funções exercidas em condições penosas, insalubres e de risco, ainda que se encontrem reunidas as obrigatórias condições de segurança para o desempenho dessas mesmas funções e para a realização do trabalho associado.

Indissociável destas temáticas em termos gerais, é o que se prende identicamente com o desgaste profissional, em termos da saúde física e mental dos trabalhadores associados a estes setores de atividade, destacando em particular os operacionais das várias categorias profissionais que integram a remoção, limpeza e higiene urbana. É uma evidência, porque mais do que provado, a correlação no plano de causa-efeito entre a atividade profissional desenvolvida e os acidentes de trabalho e doenças profissionais. A regulamentação neste campo pelo Governo, é urgente, justa e imprescindível!



Trabalhadores-Eletricistas EXIGEM a atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade!

A GREVE de 24 horas decidida pelos trabalhadores-eletricistas do município de Lisboa para 24 de abril, teve uma adesão de 94%! Sublinhamos igualmente que se trata da 1.ª greve de 24 horas na História deste setor de atividade. Em suma, motivos mais do que suficientes para o STML saudar a determinação, a confiança e a unidade destes trabalhadores, sabendo que o caminho da luta não se esgota num só dia e muito menos numa só greve.

Neste dia de GREVE houve lugar no período da manhã a uma concentração na Praça do Município, onde se gritou bem alto e de forma inequívoca a atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade!

No contacto direto com o STML e os próprios eletricitas, o Presidente Carlos Moedas assumiu a viva-voz o compromisso político em dar uma resposta de acordo com as expectativas dos trabalhadores em greve. O Sindicato lembrou ao responsável máximo da autarquia que existem todas as condições – políticas, jurídicas e económicas – para uma resolução favorável, célere e definitiva deste processo.

Por outro lado, considerando que estava previsto para hoje a intervenção do STML na Reunião Pública de Câmara de forma a abordar a luta destes trabalhadores, e tendo sido a mesma adiada para 8 de maio, pelo motivo da sua Greve, ficou também assumido que todos, Sindicato e trabalhadores, regressariam à Praça do Município no período da tarde desse dia, 8 de maio. A luta só irá parar quando a reivindicação pela atribuição deste suplemento for finalmente satisfeita.

Ao exemplo do adiamento da Reunião Pública de Câmara, somam-se os eventos previstos para este dia 24 de abril que não se realizaram, para não esquecer os trabalhos de manutenção em diversos setores de atividade do município que também não se fizeram pelos motivos da greve (na área da higiene urbana, dos bombeiros, cemitérios, edifícios municipais, espaço público, etc.). De forma muito evidente e mais do que provado se dúvidas houvesse, o caráter indispensável e essencial destes trabalhadores num conjunto muito vasto de atividades da CML. São também as consequências da Greve que dão força à exigência

dos eletricitas pela atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade!

Reunião com o Vice-Presidente a 3 de maio

Como resultado imediato da Greve de 24 de abril, realizou-se a 3 de maio uma reunião com o Vice-Presidente da CML para debater em exclusivo a reivindicação dos trabalhadores-eletricistas, tendo estado igualmente presente o responsável pela Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH). Desta ronda negocial, assumiu a CML o compromisso em transmitir durante o mês de maio a sua posição final sobre este assunto, considerando a fundamentação, política e legal, apresentada pelo STML.

Intervenção do STML na Reunião Pública de Câmara de 8 de maio

Como referido, na tarde de 8 de maio os trabalhadores-eletricistas regressaram à Praça do Município. O objetivo passou por participar na reunião pública de câmara que teve lugar nesse fim de tarde, onde o STML interveio. Da ideia central transmitida pelo Sindicato, citamos as palavras do seu Presidente: “Está na mão do Executivo Municipal, que o Sr. Presidente lidera [Carlos Moedas], uma resposta à justa reivindicação dos trabalhadores-eletricistas pela atribuição do suplemento de insalubridade e penosidade.”

Sublinhamos também a posição de todos os vereadores presentes nesta reunião (do PCP-BE-PS-LIVRE-Cidadãos por Lisboa), assumindo em uníssono a justeza da reivindicação dos trabalhadores presentes e desafiando o Presidente da CML a apresentar com a máxima celeridade uma “proposta” numa futura reunião de câmara que resolva este impasse. O responsável máximo pela autarquia anuiu, sabendo que terá, à partida, a aprovação garantida por unanimidade, ou seja, terá o voto favorável de todos os vereadores do município.

Aguardaremos agora pelo desfecho positivo deste processo, sabendo que até lá, a luta dos trabalhadores-eletricistas não irá esmorecer, até porque das palavras e intenções à decisão política concreta que todos defendemos e exigimos (trabalhadores, Sindicato e agora vereadores), ainda há um caminho que tem de ser feito, impreterivelmente.



No Arquivo Municipal de Lisboa, os problemas não se resolvem, agravam-se pela inércia de quem tem a obrigação de os resolver...

Sistema AVAC! Mais um acrónimo que passou a fazer parte do quotidiano dos trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa (AML), desta vez pelas piores razões. Se para os técnicos especializados nestes equipamentos, este acrónimo significa “Ar, Ventilação e Ar Condicionado”; para os trabalhadores do núcleo do Bairro da Liberdade, este significa exatamente o oposto: ar saturado, temperaturas altas e a inexistência de humidade relativa.

Obviamente não se trata de uma dificuldade de interpretação, mas sim de uma constatação da realidade. A sala do Arquivo Geral que concentra mais técnicos, defronta-se desde junho de 2023 com a inoperacionalidade deste equipamento, situação que resulta em diversos episódios de dores de cabeça e agravamento do quadro de alergias.

Para o STML, esta situação não é nova, como provam as múltiplas denúncias feitas ao longo do último ano, em especial junto daqueles que têm a capacidade e a obrigação de resolver este problema, nomeadamente a Direção da DMMC, mas igualmente junto da Vereação da Cultura.

No entanto, as razões deste compasso de espera não são igualmente estranhas ao Sindicato, ou seja, remontam à demora

em direcionar para dentro muitas das intervenções necessárias no edificado da CML, e que poderiam ser efectuadas com rigor e competência por muitos dos serviços camarários já existentes e habilitados para este fim. Em vez disso, insiste-se no lodo dos complexos e demorados concursos externos, que resultam após anos de investidura nesta política, numa fraca e incapaz capacidade de resolução dos problemas.

Contudo, apesar de todos os esforços realizados, tudo indica que este problema irá mesmo fazer o seu primeiro aniversário em junho deste ano, queira a ironia, além de ser precisamente o mês em que se começa a sentir o aumento das temperaturas e, por consequência directa, o agravamento de todos os males inerentes já descritos.

Não querendo deixar passar em vão este “primeiro aniversário”, os trabalhadores demonstram estarem disponíveis para se envolverem na resolução dos seus problemas, assumindo desde já o compromisso com o seu Sindicato, de avaliarem todas as formas de luta que se considerem oportunas. Neste sentido, quando escrevemos este artigo, prevê-se para 23 de maio um plenário no núcleo do Bairro da Liberdade, onde serão traçadas as linhas a adotar.



O Sindicato contacta os trabalhadores das áreas técnicas e administrativas do município.

O STML, durante os meses de abril e maio, deu continuidade ao contacto com os trabalhadores das áreas técnicas e administrativas da CML. Visitou-se o Edifício do Campo Grande, o Departamento de Saúde, Higiene e Segurança (Instalações na Ressano Garcia, os SSCML, R. Américo Durão, Creches Praça de Espanha) e a Unidade de Intervenção Territorial do Lumiar. Para maio e junho, prevê-se realizar novas visitas, neste caso às Unidades de Intervenção Territorial de Alcântara e da Bela Vista, além de um plenário com os trabalhadores do Arquivo Municipal de Lisboa, sem esquecer os trabalhadores da Rede de Bibliotecas.

Tal como nas visitas realizadas anteriormente noutros locais da CML, também por aqui os trabalhadores colocam as mesmas questões em torno dos atrasos inaceitáveis na avaliação de desempenho 2021-22, nas respostas ao teletrabalho, na definição de procedimentos para o pagamento às Ordens Profissionais e na resolução de problemas específicos dos locais de trabalho e das condições de SST.

Muitas foram as dúvidas colocadas pelos trabalhadores relativamente: à medida denominada de “acelerador”, mudança de posição remuneratória com seis pontos via SIADAP para quem está ao serviço com contrato efetivo desde 31.08.2005 (exclusão desta medida pela CML dos trabalhadores com vínculo precário, ver caixa de texto em baixo); à revisão ao sistema de avaliação; à nova tabela remuneratória dos técnicos superiores.

O STML esclareceu e elucidou, tendo inclusive distribuído documentação específica sobre o SIADAP e as alterações que resultaram do último processo de revisão. Quanto à exclusão do vínculo precário da medida “acelerador”, e por não concordar com tal injustiça, o STML elaborou e disponibilizou aos seus associados uma minuta de requerimento no sentido de exigir da CML a contagem do tempo de serviço precário para que os trabalhadores tenham a correspondente alteração de posição remuneratória com efeitos retroativos a janeiro de 2024.

O STML para além de informar, esclarecer e melhor conhecer os problemas que afetam os trabalhadores da autarquia, para depois intervir junto de quem tem a responsabilidade de lhes dar resposta, aproveita também para aprofundar o caminho que afirma que só com o envolvimento imprescindível dos trabalhadores na resolução dos seus próprios problemas conseguimos construir um Sindicato à sua medida.

O Regime especial de aceleração do desenvolvimento das carreiras – “Acelerador”

Foi publicado, a 29 de agosto de 2023, o Decreto-Lei n.º 75/2023 que define os critérios para a aceleração das progressões de carreira dos trabalhadores vinculados por contrato de trabalho em funções públicas.

Este decreto aplica-se a quem seja avaliado pelo SIADAP e possua, no mínimo, 18 anos de serviço e tenha sido prejudicado pelos congelamentos de progressões ocorridos entre 30 de agosto de 2005 e 31 de dezembro de 2007, bem como entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017. Os trabalhadores que preencham as condições mencionadas necessitarão apenas de acumular 6 pontos para avançar uma posição remuneratória. Este procedimento pode ser aplicado somente uma vez por cada trabalhador, e quaisquer pontos excedentes serão contabilizados para futuras mudanças na posição remuneratória.

O STML tem sido confrontado desde o início do ano, com relatos de trabalhadores que referem que a CML tem recusado a contagem do tempo de serviço, para o efeito do “Acelerador”, a todos os trabalhadores que exerciam funções à data de 30 de agosto de 2005 através de trabalho com vínculos designados “por tempo determinado”, em regime de prestação de serviços (recibos verdes) ou de outra forma de vínculo precário.

Não sendo este o entendimento do STML, que considera, por um princípio de justiça, que todos os trabalhadores, independentemente do tipo de vínculo que detinham àquela data, devem ser abrangidos pela mesma, tomou já a iniciativa de enviar um ofício ao Presidente da CML Carlos Moedas, solicitando de imediato a correção de todos os casos relacionados com o atrás descrito.

Não tendo a real noção do universo potencial dos trabalhadores do município de Lisboa que não estarão a ser abrangidos pelo “Acelerador”, decidiu o STML elaborar uma minuta de **requerimento** no sentido de exigir ao Presidente da CML a contagem de todo o tempo de serviço, para o efeito do “Acelerador”, e a correspondente alteração de posição remuneratória com efeitos retroativos a janeiro de 2024, neste momento já entregue por muitos trabalhadores à CML.

Tendo já alguns trabalhadores recebido a resposta negativa por parte dos Recursos Humanos, desconsiderando para o “acelerador” o tempo em que estes trabalhadores estiveram com vínculos designados “por tempo determinado”, em regime de prestação de serviços (recibos verdes) ou de outra forma de vínculo precário, o STML questionará o Executivo Municipal se é este o entendimento de quem está à frente da CML e, caso o seja, o Sindicato conduzirá este processo coletivo para Tribunal, envolvendo, claro está, os trabalhadores-associados do STML.



Em defesa das reivindicações dos Sapadores Bombeiros...

No passado mês de abril, o STML reuniu com o STAL procurando traçar e delinear estratégias comuns que procurem a curto-médio prazo alavancar respostas junto do atual Governo às principais reivindicações dos bombeiros. Neste sentido, foram já formalizados pedidos comuns de reuniões ao Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e ao Secretário de Estado da Proteção Civil. Aguardaremos pelas respetivas respostas, sabendo que a espera não será por tempo indeterminado.

Por outro lado, o STML procura debater com os Grupos Políticos com assento na Assembleia da República as matérias que implicam especialmente os bombeiros. Foi neste propósito que a 10 de maio se reuniu com o PAN. No centro da troca de impressões com a respetiva Deputada, o Projeto-Lei 42/XVI/1 relativo aos Bombeiros Sapadores, neste momento em apreciação até dia 27 de maio na 5.ª Comissão (Trabalho, Segurança Social e Inclusão). O Sindicato irá solicitar também uma reunião com urgência à 5.ª Comissão para que possa aí ser ouvido, contribuindo neste sentido para a discussão do suprarreferido Projeto-Lei.

No plano interno da CML, o STML reuniu a 17 de maio com a Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH) e com o Departamento de Saúde, Higiene e Segurança, responsável pela Medicina do trabalho, para debater, entre outros assuntos, as irregularidades no pagamento de trabalho suplementar; as matérias associadas aos protocolos de exames médicos na Medicina do Trabalho, e os atrasos na progressão na carreira dos Sapadores Bombeiros. Sobre este último ponto, constatou-se que já se encontra superado, estando apenas um universo reduzido de trabalhadores à espera da conclusão da avaliação de desempenho (no campo da avaliação excelente) para progredirem. Em termos

dos protocolos relacionados com a Medicina do Trabalho, a DMRH comprometeu-se a intervir junto do Comando do RSB para normalizar as consultas anuais de foro preventivo.

À margem das reuniões institucionais, sempre importantes, serão os trabalhadores – sapadores bombeiros – que deverão assumir a sua responsabilidade maior na resolução dos seus próprios problemas, envolvendo-se com o seu Sindicato na definição de caminhos coerentes, sérios e consequentes que permitam alcançar as respostas às suas reivindicações, mais do que justas e inteiramente legítimas. Acima de tudo, perfeitamente exequíveis no contexto político, económico e social atual.

Dia da Unidade do Regimento de Sapadores Bombeiros

A convite do Comandante do RSBL, o STML, por intermédio do seu Presidente e de um Dirigente do Departamento de Bombeiros do Sindicato, participou no evento do Dia da Unidade do RSBL que teve lugar em Belém a 19 de maio. Mais relevante do que as formalidades associadas a este evento, é sublinhar e relembrar a importância determinante, diríamos até vital, que os profissionais do Regimento têm para a cidade e a população de Lisboa. Com uma História de 629 anos, é o maior corpo de bombeiros do país. O seu prestígio há muito que extravasou fronteiras, sendo os profissionais do RSBL, reconhecidos pela sua competência e profissionalismo também a nível internacional. O STML, sindicato determinante na obtenção dos direitos à liberdade, organização e informação sindical dos sapadores bombeiros, num processo que marcou a década de oitenta do século passado, reafirma o seu compromisso com os homens e mulheres que há várias décadas representa, sabendo que quando avançamos, é sempre com a força de quem trabalha!



PENHA DE FRANÇA

BENFICA

O Executivo (PS) promove a precariedade, a flexibilidade e a polivalência, aos quais acresce a desregulação dos horários de trabalho que quer institucionalizar via ACEP. Razões mais do que suficientes para o STML ter recusado celebrar um novo ACEP em junho de 2023 e em fevereiro último. O Sindicato várias vezes afirmou **não** aceitar “trocar” os 3 dias de férias, pela possibilidade de poderem alterar horários de trabalho sem consultar ninguém, impondo a sua vontade quando e como quiserem.

Valoriza-se a determinação dos trabalhadores da Higiene Urbana (HU) que em março entregaram na Sede um abaixo-assinado, subscrito pela imensa maioria, exigindo respeito pelos seus direitos. Desta iniciativa, uma vitória: o enquadramento de todos os suplementos de carácter permanente sobre 12 meses. Relembramos que em setembro (2023), o Executivo recusava esta possibilidade, quer para o suplemento noturno, quer para o SIP. Em fevereiro (2024), já admitia uma visão distinta para o SIP e, só depois da luta de 4 de março, considerou também o suplemento noturno. Lutar vale sempre a pena! O Sindicato prepara-se agora para avaliar com os trabalhadores os caminhos que melhor garantam o respeito pelos seus direitos!

ESTRELA

A 19 de abril reuniu-se com os trabalhadores da HU. De forma transversal, foram referidas dificuldades no contacto com os serviços dos RH da Junta. Desde os pedidos de férias, passando pela solicitação de ausências, até ao simples pedido de informação, são várias as solicitações que não têm resposta ou a mesma é dada tardiamente. A preocupação é maior quando recai sobre situações como o pagamento do trabalho suplementar (horas extraordinárias), demasiadas vezes contabilizado de forma errada, obrigando a acertos de contas ‘fora de horas’. Por outro lado, há dificuldades na entrega do material necessário ao trabalho diário, mas também em termos de EPIs. Não ajuda à resolução célebre destes problemas, não existir um *stock*.

LUMIAR

A 22 de abril reuniu-se com o Executivo (PSD). Ficou assumido a celebração de um novo ACEP para 24 de junho. Sobre o pagamento do SIP em 12 meses, já está assumido politicamente para 2024. Esperemos agora integrar esta matéria em sede de um novo ACEP. Sobre a regularização dos trabalhadores com vínculo precário (Educação), defendendo o STML a sua integração, refere o Presidente a abertura de um concurso para a regularização de 3 trabalhadores dos Jardins de Infância. Em relação aos restantes – dos CAF’S e AAAF’S -, aponta a insuficiência das verbas trans-

feridas pela CML que não permite a sua regularização. O STML considera **muito negativo** o facto de dezenas de trabalhadores continuarem com o seu futuro incerto, sendo uma urgência a sua regularização contratual que lhes permita encarar a sua vida com outra estabilidade e segurança. A responsabilidade pela resolução deste problema, seja da CML ou da Junta, ou de ambas, não deve ser ignorada e as entidades públicas da cidade devem unir esforços no sentido de erradicar a precariedade. Por último, sobre a necessidade de reforçar o setor da higiene urbana, o Executivo prevê a contratação de mais trabalhadores no imediato através de CPS, assumindo depois a abertura de um concurso público, permitindo a sua integração.

SANTO ANTÓNIO

Pela luta dos trabalhadores, foi assumido pelo Executivo (PSD) o pagamento dos suplementos de carácter permanente sobre 12 meses: o suplemento noturno, com retroatividade a 2014, e o SIP, com retroatividade a 2021. Neste momento, procede-se ao pagamento dos retroativos, tendo a 1ª tranche do suplemento noturno sido pago no passado mês de abril. A 2ª tranche será paga ainda este ano. O pagamento dos retroativos do SIP, será em início de 2025. Aguardamos a assinatura de um novo ACEP, onde estas matérias fiquem regulamentadas para o futuro. Sobre o PL do Mercado do Rato, a Junta avançou com pequenas melhorias, enquanto se esperam as obras estruturais, da responsabilidade da CML. Entretanto, pela denúncia que o STML fez à ACT, a convite do inspetor responsável pelo processo, o STML esteve a 14 de maio nos PL da Freguesia (Largo do Rato e Restauradores). Aguardamos pelo **relatório** e as suas eventuais consequências.

PENHA DE FRANÇA

A LUTA dos cantoneiros saiu uma vez mais à rua! **A 22 de abril**, no local da Sessão Solene da Assembleia de Freguesia, no âmbito dos 50 anos da Revolução, os trabalhadores mostraram o seu descontentamento. Em silêncio, respeitando a Sessão Solene, não deixaram, porém, de exigir respostas às suas reivindicações. Desde 2023, que os trabalhadores exigem o respeito pelo ACEP (atribuição da folga pelo trabalho realizado em dia-feriado); e o pagamento do SIP durante 12 meses. A 19 de março, a Presidente (PS) reuniu com o STML. Contudo, a posição formal transmitida a 16 de abril, revela uma indisponibilidade incompreensível em solucionar o diferendo que existe com os trabalhadores da HU. Ao contrário do que afirma a Presidente, estes mesmos Direitos já foram consagrados e são uma realidade para os trabalhadores da HU da CML, mas também dos cantoneiros da maioria das Juntas da cidade. **A 29 de Abril**, o STML voltou a intervir na Assembleia de Freguesia exigindo respostas às mesmas reivindicações.



BELÉM

Sublinhou-se ao Executivo do PS/LIVRE, que a luta irá continuar pelo tempo que for necessário, revelando em cada momento as formas que se considerarem oportunas!

SÃO DOMINGOS DE BENFICA

A 23 de abril, o STML reuniu com o Executivo, procurando avançar na negociação para um novo ACEP. Destacamos a atribuição de 3 dias de férias com avaliação positiva, a 'folga' pelo trabalho em dia-feriado, o enquadramento dos suplementos de carácter permanente sobre 12 meses (noturno e o SIP), entre outros direitos. Aguarda-se apenas a formalização de uma data para assinar o ACEP, sabendo estar já alcançado o consenso necessário. Nunca é demais lembrar a mobilização dos trabalhadores, organizada pelo STML, em outubro de 2023, essencial para avançar no processo negocial agora em vias de uma conclusão favorável.

MISERICÓRDIA

A 29 de abril, os cantoneiros concentraram-se à porta da Sede da Junta. O objetivo da iniciativa passou por entregar um *abaixo-assinado* ao Executivo (PS), exigindo a celebração de um novo ACEP, visando o pagamento dos suplementos de carácter permanente, durante 12 meses (noturno e o SIP); a conclusão do concurso público para admissão de trabalhadores, regularizando os vínculos precários; distribuição de novos fardamentos, em número e qualidade suficientes; e concluir as melhorias necessárias no PL Eduardo Coelho. Formalizou-se depois um pedido de reunião ao Executivo. Aguardamos por uma resposta da Junta, sabendo que novas formas de luta se poderão erguer em breve.

BELÉM

Em inícios de maio, os trabalhadores da HU entregaram ao Executivo um *abaixo-assinado* exigindo respostas a **três reivindicações**: a assunção dos suplementos de carácter permanente - suplemento noturno e o SIP - durante 12 meses, enquadrando esta decisão em ACEP; a conclusão do concurso público para admissão de trabalhadores, regularizando por este processo os CPS; e avançar com o investimento no PL de Belém. Neste dia 2 de maio, com os trabalhadores concentrados à porta da Sede, o STML foi recebido pelo Presidente (PSD) que afirmou disponibilidade para avaliar estes problemas. O STML fez chegar depois da reunião a **proposta de ACEP** que enquadra alguns pontos expressos no *abaixo-assinado*. Sublinhamos que a Junta já assumiu o pagamento do suplemento noturno em 12 meses, ou seja, incluindo o período de férias. Falta agora considerar o mesmo entendimento para o SIP. Por outro lado, os trabalhadores reivindicam outros direitos já normalizados na maior parte das freguesias da cidade, para



MISERICÓRDIA

além da CML. O STML aguarda pela avaliação do Executivo às reivindicações apresentadas ou lembradas, com a certeza que os trabalhadores não irão deixar por mãos alheias a luta que é sua!

ARROIOS

A 6 de maio reuniu-se com o Executivo (PSD). Informou a Presidente querer rever os horários de trabalho na HU, para um regime de turnos. O Sindicato afirmou que irá aguardar a proposta formal de alteração para a poder debater com os trabalhadores. Foi ainda apresentada a intenção em alterar o horário e modo de funcionamento do Balneário de Sta. Barbara. Relembrou-se o Executivo dos compromissos assumidos em maio de 2023, ainda por satisfazer, em parte ou na totalidade, como a atribuição dos 3 dias férias via avaliação (ACEP); o pagamento dos suplementos de carácter permanente no período de férias; as obras no PL do Largo do Mastro e a conclusão do concurso de ingresso para cantoneiro. Por fim, falou-se nas irregularidades no pagamento de salários; problemas com EPI e Fardamentos; atrasos na medicina do trabalho e os entendimentos envolvendo os trabalhadores acidentados por parte da Seguradora, a vacinação contra a Covid e a Gripe; formação profissional; o estado de degradação do PL da Rua Aquiles Monteverde; e o estado lastimoso da frota da HU. Considerando os atrasos sistemáticos por parte do Executivo às reivindicações dos trabalhadores, a 24 de maio, através de uma concentração à porta da Sede da Junta, entregou-se um *abaixo-assinado* exigindo respostas às matérias suprarreferidas.

CARNIDE

A 21 de maio, foi finalmente assinado um novo ACEP, consolidando para o futuro o pagamento do SIP sobre 12 meses, isto é, incluindo o período de férias. Com este ACEP melhorado, são já cinco as juntas de freguesia da cidade [Alvalade, Marvila, Campo Ourique, Olivais e agora Carnide] que em 2024 celebraram com o STML novos acordos com mais e melhores direitos para os respetivos trabalhadores.

CAMPOLIDE

Para 31 de maio prevê-se reunir com o Presidente, sendo já consensual as alterações propostas pelo STML ao ACEP em vigor, em torno da 'folga' pelo trabalho em dia-feriado e o enquadramento do SIP sobre 12 meses, ou seja, incluindo o período de férias. Neste sentido, faltará apenas definir uma data para a sua assinatura formal.

Um dos resultados obtidos pelo recurso aos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT) é, inegavelmente, o aumento dos salários dos trabalhadores. Isto porque os acordos definem os valores mínimos para cada carreira, categoria ou profissão. A contratação colectiva significa, sem qualquer sombra de dúvida, um passo na evolução das relações laborais, na medida em que ela tem a capacidade de definir regras que são mais favoráveis para os trabalhadores do que aquelas que são legalmente impostas e praticadas pela vasta maioria das empresas. Os IRCT constituem ferramentas que conseguem definir regras claras e objectivas. Exemplo disso, no universo empresarial em causa, são as 35 horas de trabalho semanal e a abertura de negociação anual com os sindicatos para aumento dos ordenados. São duas razões que ilustram a importância da contratação colectiva.

O STML, ao longo dos anos, tem verificado que, nas empresas municipais de Lisboa onde estão em vigor acordos de empresa, os salários têm vindo a aumentar. Quando, por exemplo, o salário mínimo sobe, aplica-se o valor imediatamente superior como salário mínimo a praticar na empresa. Em todos os acordos assinados pelo STML, note-se, constam regras de progressão na carreira, implicando sempre uma evolução na vida profissional dos trabalhadores abrangidos.



Em abril, o STML e uma delegação de trabalhadores entregaram ao Conselho de Administração (CA) um abaixo-assinado em que se exige a reposição das 35 horas de trabalho semanal e 25 dias de férias, bem como a criação de um subsídio de transporte. O presidente do CA mostrou-se sensível às reivindicações dos trabalhadores e comprometeu-se a avaliar eventuais soluções. O STML lembra que, independentemente do novo quadro político e do Governo resultantes das últimas eleições, estão em causa matérias com as quais todos os trabalhadores do MARL e da SIMAB concordam.

No âmbito das condições de trabalho, e na sequência de relatos dos trabalhadores operacionais, o STML alertou, por outro lado, o CA para os constrangimentos provocados pelo novo horário de funcionamento dos Pavilhões. Esta alteração levou à mudança de horários de trabalho e, apesar de os trabalhadores terem transmitido as suas preocupações, as chefias não apresentaram quaisquer soluções. O facto de a saída do serviço coincidir com o fecho dos Pavilhões tem prejudicado a vida dos trabalhadores. É que se o fecho efetivo do Pavilhão for às 22 horas, os profissionais ficam impossibilitado de sair do serviço a essa mesma hora. O trabalhador ainda tem de se deslocar ao edifício central para mudar de roupa, tomar duche e entregar as chaves e o rádio. O STML recorda que a empresa tem de assegurar a inclusão de meia hora, pelo menos, no horário de trabalho para a realização das tarefas de abertura e encerramento dos Pavilhões. Ela deve ainda informar, documentalmente, o horário de trabalho completo (com todas as entradas, pausas e saídas) e afixar o mapa de horários em local visível.

Os operacionais têm ainda de efetuar, desde o passado mês de abril, o registo junto da Central de Segurança sempre que façam a interrupção para o jantar (saída e entrada) e a saída do serviço. Uma obrigação que os trabalhadores do escritório não têm. O STML solicitou à empresa a retificação da referida medida, porquanto os profissionais devem ser tratados equitativamente. O que significa adotar procedimentos de registo de assiduidade idênticos para todos. Algumas das situações apontadas poderiam ser resolvidas se a unidade orgânica operacional em questão tivesse o número suficiente de trabalhadores para a sua missão e as suas necessidades.



Os trabalhadores e o STML continuam à espera de que o CA dê um passo em frente na negociação do respetivo Acordo de Empresa (AE). Trata-se de um processo já iniciado em 2020, quando o nosso Sindicato, em conjunto com os trabalhadores, elaborou a primeira proposta de AE. Um documento que depois foi prontamente entregue à Administração que se encontrava em funções na altura.

A SRU, sublinhe-se, é a única empresa municipal do Concelho de Lisboa que não tem contratação coletiva. Passados quatro anos desde que foi dado o pontapé de saída, os trabalhadores ainda anseiam por uma resposta do CA. Ou seja, o envio de uma contraproposta ao projeto inicial, conforme foi prometido pela Administração em maio do ano passado.

Com o objetivo de promover o diálogo e sensibilizar os profissionais da SRU para a participação ativa neste processo, o STML tem vindo a realizar plenários gerais e a fazer visitas aos locais de trabalho. Foi o que aconteceu no passado mês de abril. Fomos ao encontro dos trabalhadores, que aproveitaram a ocasião para abordar algumas matérias transversais à empresa, para além dos seus problemas específicos. O STML também convocou os trabalhadores para um plenário que teve lugar a 7 de maio. Ouvimos as suas opiniões e queixas sobre o Plano de Carreiras, a Tabela Salarial e o Regulamento de Desempenho e Talento. Tudo documentos que estão a ser implementados desde 2023, o que causa surpresa nos trabalhadores presentes na reunião, já que não foram chamados a participar na conceção dos mencionados regulamentos.

Os profissionais da SRU deixaram também algumas sugestões que podem vir a ser integradas no futuro AE, como o pagamento das quotas às ordens profissionais. Isto relativamente aos trabalhadores que, para o exercício de atos próprios da sua profissão, têm de estar inscritos nas respetivas ordens. Ou ainda o pagamento, pela empresa, do seguro de responsabilidade civil profissional de quem exerce funções de gestor em termos de contratação pública.

Da parte do STML, já se solicitou novo pedido de reunião ao CA, sabendo que em junho, voltaremos a reunir com os trabalhadores para avaliar, se necessário, novos caminhos que contribuam para convencer a Administração a retomar o processo negocial com o Sindicato.



Os trabalhadores fizeram chegar ao Conselho de Administração (CA), a 27 de maio, dois abaixo-assinados. Quer num caso quer noutra, a missão esteve a cargo de uma pequena comitiva, composta por elementos dos sindicatos e trabalhadores.

O primeiro abaixo-assinado - *“Pelo respeito do AE, pelo direito à negociação e por aumentos salariais reais”* – **subscrito por cerca de 100 trabalhadores**, exige à Administração a abertura de um verdadeiro processo negocial com o STML, conforme consagrado no Acordo de Empresa (AE), relativamente à discussão dos aumentos salariais. Porque os trabalhadores têm memória, é igualmente reivindicada a aplicação do aumento de 2021 de 10€ (140€/ano), que até agora não foi honrado. Os trabalhadores também assumem o seu protesto pelo não aumento dos salários em conformidade com a realidade, nomeadamente quando o custo de vida sobe em flecha. Exigem, em suma, que o CA responda aos seus problemas e que tenha uma postura de verdadeira negociação, como impõe o AE, em vigor desde 2017.

O segundo abaixo-assinado, **subscrito praticamente por todos os trabalhadores em causa**, reivindica o pagamento do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco aos eletricistas (assistentes operacionais) e fiscais de zona (assistentes técnicos) que estão afetos à Direção de Conservação e Manutenção. Estes trabalhadores são sujeitos, diariamente, a condições de trabalho penosas, insalubres e de risco, que exigem uma sobrecarga física e psíquica, e cujas condições ambientais e meios utilizados no exercício da sua atividade são nocivos para a saúde. Os eletricistas e fiscais têm de trabalhar, por vezes, em locais que são hostis e que foram identificados pela polícia como merecedores de intervenção prioritária. Para além de que a execução do seu trabalho é feita em locais perigosos e insalubres, como pisos técnicos, coberturas, andaimes, poços de elevadores e garagens devolutas.

Por fim, foram realizados três plenários setoriais durante o mês de março. Designadamente com os trabalhadores da Equipa de Fiscalização dos Núcleos, das Instalações Elétricas e do Gabinete de Fiscalização Residencial. Três oportunidades para ouvir os seus problemas, as suas preocupações e dificuldades.



Entre os últimos meses de março e abril, o STML dinamizou um *abaixo-assinado* junto dos trabalhadores onde se exige **um aumento salarial para 2024 na ordem dos 150€**. Esta proposta de aumento assenta na realidade que revela um flagrante aumento do custo de vida, alavancado pela vertiginosa subida das taxas de juro e dos preços dos bens essenciais. Dificuldades que afetam todos os trabalhadores, incluindo naturalmente os da EGEAC.

Para além da questão central da valorização salarial, de caráter urgente no imediato, relembrou-se ainda, que a Administração

pode e deve responder aos problemas das pessoas da empresa, assumindo uma postura de verdadeira negociação com o STML, principal estrutura representativa dos trabalhadores, parte essencial ao funcionamento da EGEAC, contribuindo determinantemente para os objetivos implícitos à sua missão pública perante a população e a cidade de Lisboa. Indissociável deste ponto, o respeito pelo **n.º 2 da cláusula n.º 27 do Acordo de Empresa (AE)** onde se expressa que a grelha remuneratória deve ser *“atualizada anualmente de acordo com os valores de atualização salarial definidos pela Empresa na sequência de negociações a encetar com o STML”*.

A importância em lembrar e defender o disposto no **AE** prende-se com a prática assumida pelo CA nos últimos três anos. De forma negativa, a Administração decidiu de forma unilateral, reproduzir para a sua realidade interna os aumentos salariais decididos pelo Governo para a administração pública, sempre abaixo da taxa de inflação do respetivo ano. Uma prática que no essencial ignorou em todas as dimensões o processo negocial e as propostas sufragadas pela maioria dos trabalhadores nos plenários realizados pelo Sindicato.

O referido abaixo-assinado foi subscrito por mais de 260 trabalhadores, demonstrando de forma inequívoca a vontade de uma maioria que agora não pode ser secundarizada, desvalorizada ou esquecida. A entrega ao CA, teve lugar na Sede a 22 de maio. Caso a Administração opte por continuar a desvalorizar estas matérias, não restará outra solução ao Sindicato do que avaliar novamente com os trabalhadores, outros caminhos de intervenção e reivindicação que se justifiquem oportunos à defesa dos seus direitos e expectativas. Em síntese, a luta poderá assumir novos contornos!

Para além das reivindicações transversais, emergem questões específicas em determinados locais de trabalho que têm merecido especial atenção do STML. Caso dos **trabalhadores do Castelo de São Jorge**, onde os problemas decorrentes da falta de pessoal, do esgotamento e sobrecarga de trabalho numa base diária, para além das condições adversas em que muitas vezes são obrigados a trabalhar, deverão ter da parte da Administração respostas que se exigem no menor espaço de tempo possível. Será este o mote da conversa que o STML não deixará de ter com os responsáveis da empresa, sabendo que os trabalhadores há muito que esgotaram a sua paciência.

No **Serviço de Conservação e Restauro de Azulejos**, agora instalado em Caibo Ruivo, os problemas identificados pelo STML a nível das condições de saúde e segurança no trabalho, comunicados ao CA através de um relatório detalhado, estão na sua maioria ainda por resolver.

Por último, sobre o **Código de Ética e Conduta**, o STML prepara-se para apresentar ao CA uma contraproposta ao documento que atualmente se encontra em vigor que, em algumas matérias, é ofensivo e até ilegal. Caso as contrapropostas do Sindicato não sejam atendíveis, optar-se-á naturalmente pela via judicial.

As eleições de março, deram a vitória à AD e uma derrota humilhante ao PS. O Governo é novo, mas os problemas que os reformados têm são velhos, não se vislumbrando a sua resolução, tendo em conta que o programa de governo, além políticas que sempre marcaram os partidos que o suportam.

Só a luta dos aposentados e dos trabalhadores no ativo, pode obrigar o Governo a solucionar os problemas de quem cria e quem criou a riqueza do país.

O governo AD tem um discurso opaco no que concerne à reposição do poder de compra de todas as pensões, especialmente os que estão abaixo do limiar da pobreza, que não poderiam ser combatidas nem invertidas por via do complemento solidário. Continuamos a reivindicar um aumento de 7,5% com mínimo de 70€.

Por outro lado, pretendem colocar em causa a sustentabilidade da Segurança Social com o objetivo há desejado, ou seja, a

entrega dos descontos aos fundos privados de pensões em nome da “liberdade” de escolha, um autêntico embuste para enganar os aposentados. A Segurança Social, no que confere ao regime contributivo, tem vindo a ter saldos e excedentes significativos (a contribuição do imigrante tem contribuído para isso).

O STML tem vindo a recolher, junto dos trabalhadores, assinaturas para uma **petição** que exige do Estado a criação de uma rede de vida com condições dignas que valorizam a dignidade e as necessidades específicas das pessoas idosas num futuro imediato capacitando-as e protegendo-as nesta fase importante das suas vidas. Neste sentido, apelamos a todos os trabalhadores que estão prestes a aposentarem-se que continuem sindicalizados, pagando uma quota simbólica de 1€/mês, porque mesmo na aposentação, os problemas não cessam e só organizados na nossa estrutura sindical temos condições para os resolver.



O 1º de Maio é o Dia Internacional do Trabalhador! Um dia histórico, um dia de luta!

O 1º de Maio é assinalado internacionalmente desde 1890. Um dia que assinala o massacre dos trabalhadores de Chicago, em 1886, quando, lutando pelas 8h, foram alvo de uma violenta carga policial que originou várias vítimas e condenou à morte vários dirigentes sindicais. O 1º de Maio tornou-se desde então um símbolo, um dia de luta que une os trabalhadores em torno das suas justas aspirações e reivindicações.

No ano das comemorações do 50º aniversário do 25 de Abril e do primeiro 1º de Maio em Liberdade, os trabalhadores não ficaram em casa. Estiveram milhares de trabalhadores nas manifestações e iniciativas convocadas e organizadas pela CGTP-IN por todo o país.

Em Lisboa, numa manifestação que mais uma vez ligou o Martim Moniz à Alameda, defendendo abril e as suas conquistas,

lutou-se pela efetivação dos direitos, num momento em que são necessárias respostas urgentes que promovam e garantam o aumento geral e significativo dos salários e a subida das pensões; o trabalho com direitos; e o fim da precariedade, com mais e melhor emprego para a juventude; a redução do horário de trabalho e a sua regulação; o direito de contratação coletiva e à atividade sindical; defendendo também mais e melhores serviços públicos.

No 1º de Maio, os trabalhadores estiveram em luta e em festa. No relvado da Alameda participaram no Concerto dos “Luta Livre” e não faltou o Bar do STML, para matar a sede, confortar o estômago e, acima de tudo, conviver entre amigos e camaradas do mundo do qual todos fazemos parte, o mundo do trabalho, onde a luta é uma das suas chamadas.

17 de Maio

Jornada Nacional de Luta da Administração Pública

O dia 17 de maio foi marcado por paralisações e greves em todos os sectores da Administração Pública, de norte a sul do país. Em Lisboa, entre a Praça da Figueira e o Ministério das Finanças, milhares de trabalhadores vieram de todo o país, para participar na ação que encerrou a Jornada Nacional de Luta convocada pela Frente Comum (FCSAP), que o STML Integra.

Neste dia de luta, ficou bem claro para o Governo que os trabalhadores estão fartos de empobrecer a trabalhar. Em Portugal, os trabalhadores em funções públicas perderam desde 2009, em média, o equivalente a 3 salários.

Por outro lado, o Programa do Governo AD (PSD/CDS) não tem em conta esta realidade. Não responde a nenhuma das exigências prioritárias, constantes da Proposta Reivindicativa Comum para 2024 (PRC/24), concretamente sobre o aumento geral dos salários, a valorização das carreiras, a revogação do SIADAP, o fim da precariedade, a identificação das profissões de degaste rápido, o alargamento e atualização dos suplementos, como o de

insalubridade e penosidade, ou sobre o reforço indispensável dos Serviços Públicos.

Reafirmando que existem soluções, contidas na PRC/24, já entregue ao atual Governo, os milhares de trabalhadores presentes na Jornada Nacional de Luta da Administração Pública exigiram:

- Lutar por um aumento intercalar imediato, para todos os trabalhadores, que permita inverter o rumo de perda de poder de compra e contribua para a valorização efectiva do seu trabalho;
- Lutar pelo em defesa e pelo reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado;
- Iniciar o processo negocial sobre a PRC/2024.

Os trabalhadores concentrados em frente ao Ministério das Finanças, decidiram ainda que, caso o Governo continue a desvalorizar as suas reivindicações, a luta subirá de tom inevitavelmente.

Novo Governo, velhas políticas



Sem surpresas, não foi preciso muito tempo em funções para que o novo governo PSD/CDS confirmasse, nos seus traços fundamentais, a opção de aprofundar a política de direita lesiva dos interesses dos trabalhadores e do povo.

A confirmação da AD como força mais votada e com mais deputados, ainda que por pequena margem, no quadro de uma maioria de direita no Parlamento, resultante das eleições de 10 de março, mostra que o futuro não se avizinha fácil para os trabalhadores, para os mais jovens, para os reformados e para as franjas mais vulneráveis da sociedade portuguesa. No plano institucional, a conjuntura política tornou-se ainda mais favorável aos interesses do grande capital e ao agravamento da exploração, sendo certo que este governo da AD pretende levar a cabo novos retrocessos no campo dos direitos, a reboque do crescimento eleitoral de forças que protagonizam projetos reacionários e fascizantes, como os preconizados pelo Chega, mas também pela Iniciativa Liberal.

Nos últimos dois anos, a reboque da pandemia, os trabalhadores e o povo foram atingidos por um brutal aumento do custo de vida. Exemplos mais prementes foram a subida do preço dos bens de primeira necessidade e os custos com a habitação a dispararem para valores inimagináveis. Perante a passividade do então governo PS, incapaz de tomar qualquer medida consequente para minimizar os impactos desta situação, assistimos a bancos e outros grandes grupos económicos a baterem todos os recordes, com milhões e milhões de lucros a figurarem nas folhas de serviço dos seus gestores (e, claro, nas contas dos seus acionistas).

Paralelamente, devido sobretudo ao desinvestimento gritante preconizado pela apelidada “política de contas certas” que Fernando Medina, enquanto ministro das finanças, levou a cabo,

vemos a degradação acelerada dos serviços públicos. Áreas como as da saúde e da educação foram, naturalmente, as mais afetadas.

Tentando ocultar, mas nunca conseguindo esconder ao que vinha, o recém empossado governo de Luís Montenegro depressa se prestou a anunciar as velhas receitas da política de direita: a opção pelos baixos salários e reformas, desde logo apontando a redução da TSU para o capital, descapitalizando e, a montante, propor a privatização da Segurança Social; promover a descida do IRC, o que significa uma transferência direta dos impostos sobre o trabalho para o capital; ou aprofundar o ataque aos serviços públicos, apontando a novas privatizações e parcerias público-privadas, sobretudo no Serviço Nacional de Saúde e na Escola Pública. Ao gravíssimo problema da habitação, o PSD/CDS, à boa maneira de Moedas aqui no município de Lisboa, responde com mais liberalização do sector.

Devido à fragilidade da maioria obtida resultante da configuração parlamentar atual, o governo AD vai ensaiando medidas que conduzam aos seus reais propósitos. Assistiu-se a um claro exemplo disso na anunciada “grande descida do IRS” anunciada por Montenegro há poucas semanas. Na verdade, o que a medida pretendia era ocultar a verdadeira opção do governo em descer os impostos para o capital e, sobretudo, adiar e limitar ao máximo, o aumento dos salários, usando os impostos sobre o trabalho.

Aos sérios problemas do país, a atual maioria responde com a política habitual, cujos resultados se traduzem em baixos salários, no aprofundamento da exploração e das desigualdades, na degradação dos serviços públicos. Através desta cartilha de empobrecimento dos trabalhadores, favorecem-se os grupos económicos e legitima-se a entrega das funções sociais do Estado aos negócios privados. Na verdade, este novo governo nada tem para oferecer do que as velhas políticas de sempre.



Genocídio em curso na Palestina assume contornos cada vez mais dramáticos!

Paulo Rangel (PSD) disse ao El País que “é injusto dizer que Israel quer eliminar os palestinianos”, recusando classificar de genocídio o que está a acontecer na Faixa de Gaza, quando a situação na Palestina se tem agravado de forma drástica e dramática nas últimas semanas. Estas declarações do novo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal parecem completamente desconectadas desta realidade.

Numa altura em que se assinala o 76º aniversário da Nakba de 1948, o povo palestiniano vê a história repetir-se consecutivamente.

Dias antes das declarações de Rangel, as tropas israelitas invadiram Rafah e tomaram o posto fronteiriço com o Egito, bloqueando uma das últimas rotas de fuga para os palestinianos e a única porta de entrada de ajuda humanitária.

Uma semana antes, a Defesa Civil Palestiniana declarou ter encontrado valas comuns com centenas de cadáveres, incluindo mulheres e crianças, instando organizações humanitárias a pedir uma investigação no âmbito de crimes de guerra cometidos por Israel.

Entretanto, a resposta internacional foi marcada por ações significativas, mas ainda insuficientes para cessar as hostilidades. O Egito, juntamente com a África do Sul, apresentou um caso contra Israel no Tribunal Internacional de Justiça, exigindo a retirada imediata das forças israelitas de Rafah. A pressão diplomática, no entanto, não conseguiu deter o avanço militar israelita, que continuou a atingir bairros residenciais e a causar um aumento no número de vítimas civis.

A comunidade internacional também viu reações como a da União Europeia, que pediu a cessação imediata da operação militar em Rafah, alertando para as suas consequências humanitárias devastadoras. A Administração Biden, por sua vez, preparava um novo pacote de mil milhões de dólares em armas para Israel, ilustrando a dualidade da posição americana – crítica por

um lado, mas fornecendo apoio militar substancial por outro.

Já a Human Rights Watch denunciou ataques deliberados das Forças de Defesa de Israel contra organizações humanitárias em Gaza, incluindo a morte de mais um funcionário da ONU (já foram assassinados cerca de 200 funcionários!). Ataques que violam não só as leis internacionais, mas também agravam a situação humanitária. As zonas de refúgio, como Al-Mawassi, estão sobrelotadas e desprovidas de condições mínimas para acolher os deslocados, expondo-os a riscos adicionais e perpetuando um ciclo de sofrimento e deslocação contínua.

A urgência de um cessar-fogo imediato, de uma solução pacífica e justa, é mais evidente do que nunca, assim como a libertação incondicional de todos os reféns e o livre acesso à ajuda humanitária em Gaza.

Nas últimas semanas, a solidariedade internacional com o povo palestiniano atingiu dimensões sem precedentes. Em Portugal realizaram-se várias iniciativas durante o mês de maio, promovidas pela CGTP-IN, CPPC, MPPM e Projeto Ruído, como em Coimbra (dia 8), em Aveiro (dia 9); no Porto (dia 10) e em Lisboa (dia 11). Na nossa cidade, a 11 de maio como referido, milhares de pessoas manifestaram-se do Largo José Saramago ao Martim Moniz exigindo o fim do genocídio na Palestina, o cessar-fogo permanente em Gaza e a paz no Médio Oriente.

Paralelamente, ativistas e estudantes em Lisboa e no Porto ocuparam faculdades em protesto, demonstrando uma ampla mobilização e apoio dentro da comunidade académica pelo fim do genocídio na Palestina.

É dia 19 de maio e segundo a Al Jazeera registaram-se já 35.806 mortos palestinianos, dos quais 15.000 crianças. Urge o cessar-fogo imediato. Urge a Paz no Médio Oriente e pôr termo ao genocídio que Israel leva a cabo nos territórios da Palestina.

Não sejamos cúmplices nesta barbárie!